

A OCUPAÇÃO PARAGUAIA EM MATO GROSSO DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI

THE PARAGUAY OCCUPATION IN MATO GROSSO DURING THE WAR OF PARAGUAY

Jérri Roberto Marin¹

Endereço profissional: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul -
FACH- Curso de História, Cidade Universitária s/n, Campo
Grande/MS. CEP - 79070-900.
E-mail: jerrimarin@gmail.com.

Ana Paula Squinelo²

Endereço profissional: R. Oscar Trindade de Barros, 740 - Da Serraria,
Aquidauana – MS. CEP - 79200-000.
E-mail: apsquinelo@yahoo.com.br

Resumo: Analisamos neste artigo a ocupação do sul de Mato Grosso pelos paraguaios durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Enfocaremos dois momentos: o primeiro compreende a apreensão do navio Marquês de Olinda, a declaração de guerra ao Brasil e a ocupação de Mato Grosso, ocorrida entre dezembro de 1864 e início de 1865. O segundo envolve as tentativas para expulsar as tropas paraguaias entre 1865 e 1867, quando ocorreu o episódio conhecido como Retirada da Laguna e a expulsão dos paraguaios.

Abstract: We analyze in this article the occupation of the south of Mato Grosso by the Paraguayans during the War of Paraguay (1864-1870). We focus on two moments: the first includes the seizure of the ship Marquês de Olinda, the declaration of war on Brazil, and the occupation of Mato Grosso (between December, 1864 and early 1865). The second moment are the attempts by the Brazilian empire to expel the Paraguayan troops between 1865 and 1867, when it occurred the episode known as the Retirada da Laguna, and the expulsion of the Paraguayans.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; Brasil; Mato Grosso.

Keywords: War of Paraguay; Brazil; Mato Grosso.

1 Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); Pós-doutorado na Università Degli Studi di Roma "La Sapienza"; Professor Titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/Brasil); Professor da Pós-Graduação em História da UFGD.

2 Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e professora no ProffHistória (UFMT) e PPGCULT (UFMS). Pós-doutora em Ciências da Educação na especialidade de Educação em História e Ciências Sociais (UMinho/PT). Doutora em História Social (USP). Grupo de Pesquisa "Historiografia e Ensino de História" (HEH). Nãnde - Rede de pesquisadoras e pesquisadores sobre o Paraguay.

Analizamos neste artigo a ocupação do sul de Mato Grosso pelos paraguaios durante a Guerra do Paraguai (1865-1870), ou seja, a primeira ofensiva que deflagrou o conflito. Após a derrota dos paraguaios na batalha do Riachuelo, ocorrida no rio Paraná, em 11 de junho de 1865, iniciou-se o bloqueio do rio Paraguai, e, em 1866, a única parte do território aliado ainda ocupado era o sul de Mato Grosso. A segunda fase da Guerra foi marcada pelo avanço das forças aliadas no território paraguaio, a partir de 16 de abril de 1866. Nesse contexto, o sul de Mato Grosso continuava ocupado, porém era de interesse estratégico secundário. A terceira e última fase deu-se após a ocupação de Assunção, a instalação do Governo Provisório e a morte de Solano López, que encerrou o conflito.

A província de Mato Grosso e as tensões no Prata

A ocupação e povoamento no sul de Mato Grosso eram estratégicas, no sentido de incorporarem aquelas terras às possessões portuguesas e, posteriormente, ao Brasil. Tais políticas seguiam os princípios herdados de Portugal, fundamentados na delimitação das fronteiras por limites naturais (vales, rios e montanhas) e na defesa, ocupação e povoamento de terras. No final do século XVIII e durante o século XIX, a criação de núcleos urbanos (Albuquerque, após transferida para Corumbá, Miranda, Nioaque, o Núcleo Colonial de Taquari, atual Coxim, e a Colônia Militar de Dourados), de fortificações militares (Forte de Coimbra e Presídio de Miranda), de circunscrições civis, militares, judiciais e religiosas, a abertura de estradas e o interesse na fixação de proprietários rurais inserem-se na conquista territorial num contexto no qual as disputas pela delimitação das fronteiras tornaram-se mais intensas com a Espanha (Tratados de: Madri, em 1750; El Pardo, em 1761; Santo Ildefonso, em 1777; Badajóz, em 1801) e, após, com o Paraguai, pois, conforme os referidos tratados, essas terras pertenciam a esse país.

Mato Grosso era uma *frente de expansão*, isto é, uma “frente da população não incluída na fronteira econômica”³. Eram proprietários de terras e escravizados vindos de Cuiabá e das províncias de Minas Gerais e São Paulo, a partir de 1830, que se apossaram das terras às margens dos rios Aquidauana, Miranda, Negro, Nioaque, Peixe, Salobra, Taboco e Taquari. Segundo Almeida⁴, as propriedades tinham dimensões variadas (a maioria não era demarcada e registrada), e esses proprietários, auxiliados por escravizados africanos e por mão de obra indígena, viviam da criação de animais, de roças de subsistência e de pomares. Ou seja, havia atividades econômicas

3 MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, p. 138-139.

4 ALMEIDA, Elaine Aparecida Cancian. Nos confins do sertão de Miranda: Ocupação da terra, desenvolvimento econômico e relações de trabalho (1830-1892). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2014, p. 488.

diversificadas que permitem contestar a predominância da pecuária no processo de ocupação. Eram grandes proprietários de terras, porém com pequenos rebanhos em razão das poucas possibilidades de comercialização. Ao analisar os inventários *post-mortem* do período anterior e posterior a Guerra do Paraguai, constatou-se que a maioria dos grandes proprietários rurais vivia de forma modesta em habitações rústicas e que, nas proximidades, havia casa de farinha, engenho de madeira para beneficiar cana-de-açúcar, curral, entre outros⁵.

A abertura da navegação no estuário do Prata (após a derrubada de Rosas, que ocorreu na Argentina no ano de 1852) e nos rios Paraná e Paraguai (com o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio, assinado por Brasil e Paraguai em 6 de abril de 1856, e com a Convenção de 12 de fevereiro de 1858) propiciou o desenvolvimento de Corumbá, que passou a receber navios nacionais e estrangeiros, assim como de viajantes, e tornou-se um importante centro comercial de importação e exportação. As cidades de Cáceres e de Cuiabá também foram beneficiadas e tornaram-se centros distribuidores de mercadorias. Pelo Porto de Corumbá, também eram escoados produtos mato-grossenses, como peles, produtos derivados da cana-de-açúcar, poaia, entre outros. Em 1858, o espaço urbano da cidade recebeu melhoramentos: a abertura de ruas e demarcação dos quarteirões, em formato de tabuleiro de xadrez, e a construção de praças e edifícios públicos. Foi criada também a Mesa de Rendas e a Alfândega, responsável por cobrar os impostos das transações comerciais⁶. Esse incipiente processo de ocupação e de desenvolvimento econômico foi afetado pela interrupção da livre navegação do rio Paraguai e pela ocupação paraguaia, em 4 de janeiro de 1865.

Entre os anos de 1862 e 1865, as contradições e os problemas existentes há décadas na região platina afloraram, ocasionando o conflito com o Paraguai, que foi motivado pelas disputas entre os Estados Nacionais platinos pelo controle político e econômico da região. O Brasil, o Paraguai e a Argentina procuravam assumir uma posição de destaque no Prata.

Entre as décadas de 1850 e 1870 o governo imperial desenvolveu uma política externa intervencionista no Prata, a fim de impor o domínio brasileiro na região. As intervenções militares iniciaram com a guerra contra Manuel Oribe e Juan Manuel de Rosas, entre 1851 e 1852, com a campanha contra Aguirre, entre 1864-1865, e culminaram com a Guerra do Paraguai (1864-1870). Entre as tensões existentes que envolviam os países do Prata estava a navegação dos rios da bacia platina, a definição das fronteiras internacionais e as disputas pelo predomínio político-econômico.

O Paraguai, diante das posturas mais agressivas e ameaçadoras do Império brasileiro, procurou se fortalecer militarmente e aproximar-se das províncias de Entre

⁵ Idem, p. 333, 348.

⁶ SOUZA, João Batista de. *Evolução histórica Sul de Mato Grosso*. São Paulo, Organizações Simoes, [s.d.], p. 113-114.

Ríos e Corrientes a fim de enfraquecer os anseios centralizadores de Buenos Aires, e do Uruguai, para impedir as ingerências e pretensões do Brasil e para ampliar seu comércio exterior mediante o acesso ao porto de Montevideu. Nesse contexto de tensões, Solano López estava disposto a intervir nas questões geopolíticas do Prata, sobretudo devido às constantes interposições do Império na região.

As derrotas de Oribe e Rosas estabeleceram um controle provisório do Brasil nos países do Prata. No Uruguai, esse domínio foi ameaçado quando Bernardo Berro, do partido *Blanco*, elegeu-se presidente do Uruguai, em 1860, e posteriormente, em 1864, Atanasio Aguirre, também *blanco*. Suas políticas externas foram marcadas pelo estabelecimento de alianças com o Paraguai e avessa ao Brasil e à Argentina. Em oposição ao partido *Blanco*, Venâncio Flores, do partido *Colorado*, iniciou uma rebelião em abril de 1863, sendo apoiado pelo Brasil e pela Argentina. Em meio a guerra civil, o governo imperial enviou uma missão diplomática, chefiada por José Antônio Saraiva, porém Aguirre recusou-se a ceder às exigências, criando as condições para justificar a intervenção militar brasileira. Em 12 de setembro de 1864, as tropas brasileiras invadiram o Uruguai, aliando-se as tropas de Flores. Em fevereiro de 1865, Aguirre foi derrotado e Flores assumiu o governo, selando um acordo de paz com o governo imperial.

Tensões na região platina e os impactos para Mato Grosso

No contexto acima explicitado as tropas brasileiras, em apoio a Venâncio Flores, em 12 de novembro de 1864, invadiram o Uruguai, sendo que o Paraguai já havia alertado a Argentina sobre a necessidade de preservação da independência uruguaia⁷. A intervenção foi vista por Solano López como uma agressão, um ato de guerra e, ainda, um desrespeito ao ultimato que havia proferido. Como retaliação, determinou a apreensão, em Assunção, do navio brasileiro Marquês de Olinda, que transportava o novo governador da província de Mato Grosso, e, no mês seguinte, invadiu a província de Mato Grosso. De acordo com Izecksohn, “A ação brasileira e o apoio dado aos colorados no Uruguai irritaram o governo paraguaio que se havia oferecido para mediar diplomaticamente a situação”⁸. Com o objetivo de bloquear o Rio Grande do Sul e o Uruguai, que poderia ser utilizado para uma ofensiva brasileira, o governante paraguaio fez um pedido a Bartolomé Mitre, então presidente da República Argentina unificada, para cruzar o território argentino, que lhe foi negado. Solano López optou, então, pela invasão de Corrientes em abril de 1865, como estratégia para a ocupação do Rio Grande

7 De acordo com Brazil, citando Lécio Gomes de Sousa, em 30 de agosto de 1864, Solano López teria feito a seguinte declaração/ultimato: “[...] o governo da República do Paraguai considerará qualquer ocupação do Território Oriental por forças imperiais [...] como atentatória ao equilíbrio dos estados do Prata, que interessa à República do Paraguai como garantia de sua segurança, paz e prosperidade, e com protesto da maneira mais solene contra tal ato, eximindo-se de responsabilidade por acontecimentos ulteriores à presente declaração”. BRAZIL, Maria do Carmo. Rio Paraguai o ‘mar interno’ brasileiro. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2014, p. 180.

8 IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). O Brasil imperial: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 393.

do Sul, o que se efetivou em maio do mesmo ano, quando ocupou São Borja e Uruguaiana.

Solano López ordenou a ocupação de Mato Grosso em 24 de dezembro de 1864, instruindo o coronel Francisco Isidoro Resquín a comandar a ação sobre o território mato-grossense. Ele se despediu dos seus soldados com um discurso, em que declarou que o propósito da guerra era a defesa da soberania nacional e procurou estimular o patriotismo dos militares, instruindo-os para o que deveria ser feito:

Soldados:

Mis esfuerzos para el mantenimiento de la paz han sido estériles. El Imperio del Brasil, poco conocedor de vuestro valor y entusiasmo, os provoca a la guerra: la honra, la dignidad nacional y la conservación de los más caros derechos nos mandan aceptarla.

En recompensa de vuestra lealtad y largos servicios he fijado la atención em vosotros, eligiéndoos entre las numerosas legiones que forman el Ejército de la República para que seáis los primeiros en dar una prueba de la pujanza de nuestras armas, recogiendo el primer laurel, que debemos agregar a aquellos que nuestros mayores pusieron en la corona de la patria em las memorables jornadas de Paraguarí y Tacuarí.

Vuestras subordinación y disciplina y vuestras constância em las fatigas me responden de vuestra bravura y del lustre de las armas que a vuestro valor confio.

Soldados y marinos:

Llebad este mismo voto de confianza a vuestros compañeros que em nuestras fronteras del norte han de unirse a vosotros y marchad serenos hacia el campo del honor y, recogiendo gloria para la patria y honra para vosotros y vuetros compañeros de armas, mostrad al mundo entero quanto vale el soldado paraguayo⁹.

Em resposta às atitudes de Solano López, em 1º de maio de 1865, Brasil, Argentina e Uruguai assinaram o Tratado da Tríplice Aliança, que tinha como objetivo legitimar a guerra com o Paraguai e, assim, submetê-lo ao sistema político-econômico dominante no Prata. Os aliados planejavam a derrubada de Solano López e a livre navegação dos rios da bacia Platina. Desejavam, também, anexar aos seus territórios as terras litigiosas.

A maior parte do solo brasileiro não se constituiu em palco de guerra, apenas as províncias do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso, que foi ocupado por duas frentes de ataque, por via fluvial e terrestre. A primeira, denominada Divisão de operações do Alto Paraguai, comandada pelo coronel Vicente Barrios e pelo tenente-coronel Francisco Gonzales, tinha como objetivo tomar o forte Coimbra. A segunda, Coluna de operações

⁹ PROCLAMAS y cartas del Mariscal López. Buenos Aires: Editorial Asuncion, 1957, p. 134-135. (grifos do autor).

sobre a Vila de Miranda e rio M'botetey ou Miranda, era dividida em duas colunas: uma chefiada pelo coronel Francisco Isidoro Resquín e, como segundo-capitão, por Blas Rojas, que atuou nas povoações de Miranda e Nioaque; a outra era comandada pelo capitão Martín Urbietta e atuou nas regiões dos rios Dourados, Brilhante e Vacaria.

O início da guerra e a ocupação de Mato Grosso

Em meados de 1864, a província de Mato Grosso era:

[...] habitada por aproximadamente 75 mil pessoas [e] encontrava-se no momento de maior fraqueza militar, ao dispor de apenas 875 efetivos do Exército, quando seu número deveria ser de 3879, e a Guarda Nacional não alcançar 3 mil homens¹⁰.

Em 1861, Corumbá tinha 1.315 habitantes, entre eles 44 escravizados e 84 estrangeiros, e havia 36 casas de pau a pique, 29 casas sendo construídas de pedra e cal e 109 ranchos de palha¹¹. Em 1862, em decorrência do crescimento comercial e demográfico, foi elevada à vila. O aldeamento indígena de Miranda tinha, em 1860, 1.400 indígenas, e a vila tinha, em 1861, 720 pessoas livres, 100 cativos e 240 residências¹². Nioaque tinha 130 casas, em sua maioria ranchos, e poucas eram cobertas com telhas. As colônias militares eram construções precárias, com efetivos militares reduzidos e arsenal bélico insuficiente. O forte de Coimbra era uma construção mais sólida, porém sofria com os mesmos problemas. Ali, havia apenas 115 militares e seus familiares.

Agravavam a situação a falta de políticas estratégicas para a defesa das fronteiras e a negligência do governo imperial, que mantinha um pequeno efetivo militar quase desprovido de equipamentos bélicos. Ou seja, toda a província mato-grossense encontrava-se desprotegida, sendo um alvo fácil:

A negligência militar dos gabinetes que governaram o Brasil fez com que enviassem para Mato Grosso, desde 1862, grande quantidade de armas, munições e outros artigos bélicos, sem destinar a tropa necessária para utilizá-las. Para defender a província eram insuficientes aqueles 875 soldados, dispersos por cinco distritos militares, e os seis pequenos vapores da Marinha imperial, dos quais apenas um dispunha de dois canhões. Esses navios não poderiam ser considerados de guerra, e serviam, sim, de transportes. Nesse contexto, a única e precária defesa de que dispunha o Mato Grosso, em caso de ataque paraguaio, era o forte

10 DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 98.

11 FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao redor do Brasil 1875-1878*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia.: 1880, p. 289.

12 ALMEIDA, Elaine Aparecida Cancian. *Nos confins do sertão de Miranda: Ocupação da terra, desenvolvimento econômico e relações de trabalho (1830-1892)*. Op. cit., p. 193.

Coimbra, construído na época colonial e estrategicamente localizado às margens do rio Paraguai, na fronteira com o país guarani¹³.

Outras questões problemáticas eram a escassez de investimentos e verbas do governo imperial e as dificuldades de comunicação entre a corte e Mato Grosso, pois as correspondências oficiais chegavam a demorar oito meses. Diante das suspeitas de uma invasão, foi enviado um pequeno destacamento militar para a fronteira, e foram enviadas notícias à corte. Naquele contexto, inúmeras críticas foram dirigidas ao governo imperial, devido à falta de investimentos para conservar as fronteiras nacionais e ao estado de penúria econômica¹⁴.

O presidente da província de Mato Grosso, Alexandre Manoel Albino de Carvalho, não acreditava numa ameaça paraguaia. Em seu discurso na assembleia legislativa, na sessão ordinária de 3 de maio de 1864, no item *Tranquilidade Pública*, expôs que as relações fronteiriças eram estáveis e tranquilas, pois “[n]em uma alteração houve nas relações pacíficas subsistentes entre nós e as Repúblicas limítrofes do Paraguay e de Bolívia”¹⁵.

A intervenção militar do Brasil no Uruguai, em apoio a Venâncio Flores, em 12 de setembro de 1864, levou Solano López a declarar guerra ao Brasil. Ele acreditava que teria o apoio do governo uruguaio, ainda em poder do partido *Blanco*, e das províncias de Entre-Ríos e Corrientes, na Argentina, que ao se aliarem ao Paraguai forçaria Bartolomé Mitre a manter-se neutro. Porém, o Uruguai foi logo colocado sob a tutela brasileira e a permissão para a passagem das tropas paraguaias no território argentino foi recusada, levando à declaração de guerra à Argentina, invadindo e ocupando Corrientes e, posteriormente, o Brasil.

López emitiu a ordem de aprisionamento do navio Marquês de Olinda, que fazia o transporte entre Montevideu e Corumbá e trazia a bordo o novo presidente da província de Mato Grosso, o coronel Frederico Carneiro de Campos e sua comitiva, que, além de dinheiro, carregava despachos governamentais. O vapor, após cumprir os protocolos de inspeção alfandegária em Humaitá, foi liberado, porém foi obrigado a prosseguir em marcha lenta. No final da tarde de 12 novembro de 1864, o vaso de guerra paraguaio Taquari recebeu ordens de aprisioná-lo, o que ocorreu em Potrero-Poña, ao sul de Concepción, a 66 quilômetros de Assunção.

O governo brasileiro, em 13 de dezembro de 1864, rompeu as relações diplomáticas com o Paraguai, ao considerar o aprisionamento do navio uma ruptura dos protocolos, pois, mesmo durante uma guerra, não poderia ser aprisionado um navio

13 DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. Op. Cit., p. 98-99.

14 PERARO, Maria Adenir. Bastardos do império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX. São Paulo: Contexto, 2001, p. 55-56.

15 CARVALHO, Alexandre Manoel Albino de. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, apresentado à Assembléa Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinária de 3 de maio de 1864, p. 6.

de passageiros¹⁶.

Os tripulantes e passageiros foram presos e a embarcação foi incorporada à frota paraguaia e, passaram a ser tratados como “prisioneiros de guerra”, sendo deslocados para vários presídios no território paraguaio, onde foram obrigados a fazer longas marchas forçadas.

Treze dias após o aprisionamento do navio Marquês de Olinda, os paraguaios iniciaram várias frentes de ofensiva contra o Brasil, ocupando diversas regiões da província de Mato Grosso. Essas foram comandadas, por água, pelo coronel Vicente Barrios e, por terra, pelo coronel Francisco Isidoro Resquín. As primeiras ações foram a tomada do forte Coimbra, da Colônia Militar de Dourados e da vila de Miranda, em dezembro de 1864, e da vila de Corumbá, em janeiro de 1865. De acordo com o general Raul Silveira de Mello¹⁷, a ocupação foi planejada, pois foi precedida pelo envio de vários espíões que levantaram informações estratégicas importantes para organizar a ofensiva.

A ocupação empreendida por Solano López ficou conhecida como “guerra relâmpago” e concentrou-se na invasão de Mato Grosso por duas vias: uma fluvial, enviando aproximadamente 4.200 homens, e outra terrestre, armando cerca de 3.500 combatentes. Tais efetivos saíram respectivamente de Assunção e de Conceção, nos dias 22 e 24 de dezembro, com o objetivo de invadir o Mato Grosso. A frente fluvial, comandada pelo coronel Vicente Barrios, atuou subindo o rio Paraguai – Conceção, Porto Murtinho, Forte de Coimbra, Albuquerque, Corumbá – e chegou às portas de Cuiabá. A coluna que atuou por terra percorreu trechos diferenciados em determinados locais e depois se uniu: o comando do coronel Isidoro Resquín foi pela Colônia Militar do Miranda, por Nioaque até Miranda; o comandante capitão Martin Urbietta passou pela Colônia Militar do Dourados; e, finalmente, o Capitão Aguero, passou por Miranda, Taboco, até Coxim, em 1865.

As instruções recebidas pelo coronel Vicente Barrios determinavam que Cuiabá, a capital mato-grossense, deveria ser ocupada e alertavam também para o fato de que os efetivos de Mato Grosso não alcançavam 2 mil combatentes, sendo que estes se encontravam espalhados em 8 pontos da província sem comunicação entre si.

A tomada do Forte de Coimbra e de Corumbá

No anoitecer de 26 de dezembro, a expedição paraguaia, composta por 11 navios de guerra, 39 peças de artilharia de bordo e posição e 3.000 soldados, alcançou o Forte de Coimbra. Essa fortificação foi construída em local estratégico cujo terreno é gradualmente inclinado até alcançar a margem do rio Paraguai, sendo que, para alguns,

16 SCHNEIDER, Luiz. A Guerra da Tríplice Aliança – Império do Brasil, República Argentina e República Oriental do Uruguai contra o Governo da República do Paraguai (1864-1870). Rio de Janeiro: H. Garnier-Livreiro Editor, 1902, p. 102-105. (volume 1)

17 MELLO, Raul Silveira de. A protetora do forte Coimbra. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1958, p. 126.

a construção era relativamente forte, com sólidas muralhas de pedra, e poderia ser atacada apenas por um lado. Naquele contexto, o forte era comandado pelo capitão Benedito de Faria e contava com dezessete canhões e 115 homens para defendê-lo, número que chegava a 150 pessoas, se consideradas as mulheres e os indígenas.

Na manhã seguinte o coronel Vicente Barrios intimou a guarnição brasileira a render-se, mas encontrou a resistência do coronel Hermenegildo Portocarrero, comandante do Distrito Militar do Baixo Paraguai, que estava inspecionando o forte. Durante dois dias, ocorreram combates com intenso bombardeio, e a infantaria paraguaia, com 750 homens, avançou em direção ao forte. Portocarrero, diante da diferença numérica, do número de baixas e da falta de munição e água potável, optou pela retirada, que teria ocorrido sem que os paraguaios percebessem, pois não havia nenhum navio paraguaio posicionado na parte de cima do forte, talvez por receio de ser atingido pelos canhões. A desocupação do forte foi efetivada de forma desordenada, apressada, com consequências desastrosas para aqueles que fugiam.

O coronel Carlos Augusto de Oliveira reuniu aproximadamente 400 soldados, que embarcaram para se refugiar em Cuiabá. Militares e civis que não conseguiram embarcar e temiam um ataque iminente encontraram outros meios para fugir, embarcando em lanchas e na escuna Jacobina, que era rebocada pelo Anhambay. Outros se aventuraram em fugir em canoas a vela ou a remo. Devido à superlotação, que provocava uma marcha lenta do vapor, inúmeros passageiros tiveram que desembarcar, somando-se a outros fugitivos. A solução encontrada foi uma marcha a pé em alguns batelões até Cuiabá, com liderança do tenente João de Oliveira Mello e composição de militares e civis, que constituíam uma “multidão faminta”¹⁸.

Segundo o presidente da província, Albano de Souza Ozorio, em fevereiro de 1865, muitos moradores da região tentaram fugir para a Bolívia, quando alguns estrangeiros e brasileiros, guiados por um escravizado do Barão de Vila Maria, buscaram refúgio no povoado do Sagrado Coração, distante de Corumbá 25 a 30 léguas. O trajeto foi percorrido durante quatro meses, e, devido às dificuldades enfrentadas, eles passaram por inúmeras privações¹⁹.

Em 4 de janeiro de 1865, as tropas de Vicente Barrios desembarcaram no Porto de Corumbá e ocuparam a vila, que se encontrava desguarnecida. Muitas interpretações acerca da ocupação, baseando-se em relatos militares, ressaltam que os paraguaios saquearam as moradias e as casas comerciais, que a população local, desesperada, teria fugido e os que não conseguiram fugir foram vítimas de saques, estupros, roubos, trabalhos forçados, castigos corporais, entre outras atrocidades. Por fim, a vila de Corumbá teria sido destruída, com as residências, a igreja e demais edifícios

18 CORRÊA, Philogônio de Paula. Discurso proferido pelo orador oficial, 1º secretário do Instituto). Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, N. I, Tomo II, p. 7-11, 1919, p. 7.

19 OZORIO, Albano de Souza. Relatório apresentado ao Illmo. E Exmo. do vice-presidente de Matto-Grosso tenente coronel Albano de Souza Osorio pelo presidente chefe d'esquadra Barão de Melgaço ao entregar da mesma administração da provincia. 8 de maio de 1866, p. 5.

destruídos²⁰. Ou seja, constroem imagens que demonizaram os paraguaios, retratando-os como maus, fanáticos, bárbaros, perversos e ameaçadores.

Joaquim Ferreira Moutinho, ao registrar a retomada de Corumbá, no dia 13 de junho de 1867, informou que a vila estava em perfeita ordem e “os armazéns dos estrangeiros estavam todos intactos, e debaixo de uma vigilância digna de louvor”, ou seja, foi bem administrada e conservada pelos paraguaios²¹. O *Memorandum de Manoel Cavassa*, enviado ao governo brasileiro, a fim de solicitar uma indenização pelas perdas sofridas durante a guerra traz informações detalhadas sobre a ocupação de Corumbá²². Cavassa era de descendência italiana e portuguesa, e estava radicado, juntamente com sua família, em Corumbá desde 1857, onde tinha cinco casas comerciais²³. No documento, ele destacou a presença de imigrantes de várias nacionalidades e as relações de submissão, negociação e resistência que assumiram frente às tropas paraguaias durante a ocupação, entre 1865 e 1867.

As notícias sobre a invasão dos paraguaios e da ocupação do forte Coimbra gerou grande apreensão em Corumbá. O comandante de armas decidiu que não seria possível resistir gerando “desordem e barulho: soldados bêbados e paisanos já não respeitavam os officiaes [...] queriam matar os estrangeiros, caluniando-os, dizendo que estes sabiam da invasão [...] e nada lhes tinham dito”²⁴. Essa situação se agravou quando alguns imigrantes, cerca de “setenta e tantos” optaram por permanecer em Corumbá para resguardar suas posses e por acreditar que, como estrangeiros, teriam tratamento diferenciado em relação aos brasileiros. Diante das hostilidades, vários imigrantes tiveram de “abandonar suas casas e refugiar-se no matto”.²⁵ Entre os que decidiram ficar estavam muitos brasileiros.

A defesa da cidade coube a eles, que se prepararam “bem armados e entrincheirados”, contando com quatro canhões e armas. O tenente João de Oliveira Mello, que liderava a fuga de Corumbá, solicitou que eles destruíssem toda a pólvora armazenada no quartel, para não fortalecer o poderio militar dos paraguaios. Eles decidiram “carregar os caixões [de pólvora] para atiral-os ao rio” para não destruir a vila²⁶. Os paraguaios chegaram em Ladário e, segundo Cavassa, estavam “mortos de fome”, comendo tudo o que encontravam, como “porcos e cabras [...] e começou o saque das casas de commercio, que não tinham moradores”²⁷.

Apesar da resistência armada, no dia 3 de janeiro de 1865, a vila foi ocupada

20 ALMEIDA, Valerio de. 1º centenário da retomada da vila de Corumbá. Corumbá, s. n., 1967, p. 17.

21 MOUTINHO, Joaquim Ferreira. Notícia sobre a Província Matto Grosso, São Paulo, Typographia de Henrique Schroeder, 1869, p. 99.

22 Segundo Cavassa, em Tacumbú, no Paraguai, onde tinha um grande depósito, as tropas brasileiras, a mando do general Luís Alves de Lima e Silva, se apropriaram de “sete mil e tantos couros [...] supondo que fossem propriedade de Lopez [...] para com elles fazerem barracas”. CAVASSA, Manoel. *Memorandum de Manoel Cavassa*. Apresentação e notas Valmir Batista Corrêa e Lúcia Salsa Corrêa. Campo Grande, Editora da UFMS, 1997, p. 20-21, 50.

23 O *Memorandum* constrói imagens acerca de Cavassa: um estrangeiro que era bem querido, que estava contribuindo para o desenvolvimento local, que socorreu os brasileiros durante a ocupação paraguaia e que prestou relevantes serviços ao Brasil.

24 CAVASSA, Manoel. *Memorandum de Manoel Cavassa*. Op. Cit., p. 22.

25 *Idem*, p. 22-23.

26 *Idem*, p. 23.

27 *Idem*, *Ibidem*.

pelas tropas de Vicente Barrios. A maioria dos moradores tinha fugido para Cuiabá ou para a Bolívia e, outros, estavam refugiados nos matos. No dia seguinte, Barrios convocou os moradores que entregassem todos os objetos que pertenciam aos brasileiros e os que se recusassem seriam punidos. Após Cavassa ter uma das lojas saqueadas, sendo carregadas quase todas as mercadorias, ele procurou Barrios para solicitar garantias, porém passou por vários constrangimentos e seus pedidos foram negados²⁸. Pela destruição da pólvora, por exemplo, Nicola Canale e João Bicava e Cavassa foram punidos com prisão durante quatro dias²⁹. Apesar dessas situações, foram preservados os interesses dos estrangeiros nas áreas ocupadas. Cavassa, por exemplo, conseguiu enviar correspondências nas duas embarcações que aportaram em Corumbá, sendo uma inglesa e outra argentina³⁰. As caras eram para o ministro italiano *Balbulani*, que residia em Montevideu, denunciando as condições em que se encontravam e solicitando providências e garantias³¹. As atividades comerciais, controladas principalmente por italianos e portugueses, não paralisaram, pois era fonte de abastecimentos aos paraguaios. Os estrangeiros também tinham liberdade de ir e vir, de manter e expandir seus negócios e de negociar com os militares paraguaios.

Durante a ocupação, Barrios recebia em audiência todos os moradores e, em todos os domingos, organizava bailes, dos quais todos participavam. Os soldados paraguaios vendiam carne, de porta-a-porta, a todos os moradores³². A ocupação criou necessidades de alimentos e produtos em Mato Grosso, que passaram a ser ofertada por bolivianos. Eles comercializavam sal, calçados, chapéus, tecidos tanto em Cuiabá quanto em Corumbá³³.

No final do mês de julho de 1866, chegou a ordem do governo paraguaio para deportar parte da população masculina, tanto nacionais como estrangeiros, livres e escravizados. Os que resistissem ou não estivessem prontos para o embarque poderiam ser executados.³⁴ Cavassa e seu amigo Nicola Canale conseguiram negociar com Barrios as retiradas de suas famílias com condições diferenciadas³⁵. O fato de estarem sempre se reunindo com Barrios evidencia que os moradores da vila tinham como estabelecer diálogos e negociações, possibilitando que Cavassa preservasse parte de seus bens e mercadorias e que, apesar da ocupação, continuasse acumulando riquezas. Nos momentos anteriores a deportação havia muita apreensão e tristeza:

28 Idem, p. 26-27.

29 Idem, p. 27.

30 MOUTINHO, Joaquim Ferreira. Notícia sobre a Província de Matto Grosso, São Paulo, Typografia de Henrique Schroeder, 1869, p. 296-297.

31 CAVASSA, Manoel. Memorandum de Manoel Cavassa, Op. cit., p. 26-27.

32 Idem, p. 31.

33 RELATORIO do vice-presidente da Província de Mato Grosso, Barão de Aguapehy, na sessão ordinária da Assemblé Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1868, p. 5.

34 CAVASSA, Manoel. Memorandum de Manoel Cavassa, Op. cit., p. 32.

35 Idem, p. 32-33.

Permaneciam todos calados; eu, porém, que não queria deixar aqui minha família, disse ao general que, sem ella eu não embarcaria e seria o primeiro a ser passado pelas armas. Respondeo elle que minha família iria commigo, se o vapor houvesse espaço. Retiramo-nos d'alli, cada qual o mais temeroso e preocupado pela sorte de sua família, pois que era manifesto empenho dos bárbaros, que ficassem aqui as famílias sós a mercê de seus brutaes caprichos. O meo visinho Nicola Canale, que, alem da sua família, tinha á seu cargo a de seu cunhado, ausente, veio á minha casa chorando, desesperado ante a idea de abandonar essas famílias ás brutalidades d'aquelles homens. Repeti-lhe o que tinha dito ao general: que sem minha família não embarcaria, lembrou-se então elle que tinha uma chata, no qual podiam ir nossas famílias, se eu conseguisse que o general permitisse que ella fosse á reboque do vapor. [...] mesmo contra a sua vontade, nos permittia levarmos nossas famílias na chata á reboque. Tratamos de prepararmo-nos, apromptamos a chata com a maior abundancia de provisões de viveres, roupas, etc. levando, para as minhas despezas em Assumpção, o dinheiro, que então tinha em moeda papel brasileiro, na importância de cento e tantos contos³⁶.

No dia 1 de agosto de 1866, as famílias de Cavassa e Canale foram deportadas para Assunção numa embarcação que abrigava 32 pessoas, entre homens, mulheres e crianças e escravizados. Cavassa levou consigo “um cozinheiro e uma escrava negra”, “grande importância” em dinheiro, além de uma “abundância de provisões” Essa embarcação (Chata) estava atrelada a um vapor com cerca de 1.600 homens, que viajavam em pé e apertados. Ou seja, pela condição de estrangeiros tiveram privilégios que os demais não tiveram³⁷. Após quatro dias de viagem chegaram a Assunção, onde permaneceram sob a tutela do consulado italiano. Posteriormente, diante da repatriação dos estrangeiros, promovida por López, Cavassa enviou seus familiares a Buenos Aires. Ao chegarem, os homens foram separados das mulheres e crianças e, com a aquiescência do cônsul italiano, foram repatriados para a Itália.³⁸

O relatório de 1867, extraído do jornal *El Semanario*, de 19 de fevereiro, elencou o nome de inúmeras mulheres de diferentes nacionalidades (brasileiras, uruguaias, bolivianas) que não foram deportadas para o Paraguai e se encontravam na vila de Corumbá.³⁹ Durante a ocupação, elas conviviam com os paraguaios, porém eram obrigadas a repassar informações sobre todos os acontecimentos. Destacamos que, mesmo estas mulheres estando em condição de prisioneiras, conseguiam se deslocar, pois iam até o posto naval de Dourados, a 13 km de Corumbá, para adquirir mantimentos.⁴⁰ Em 1868, o presidente de província de Mato Grosso, José Couto de

36 Idem, p. 32-33.

37 Idem, p. 33.

38 Os expatriados temiam que, ao chegarem na Itália, teriam de servir no exército. Porém, com o auxílio do capitão do navio, conseguiram retornar à Argentina. Posteriormente, voltaram a residir nos países do Prata e, alguns, em Grosso. Idem, p. 32-33, 43.

39 Citado por DOURADO, Maria Teresa Garritano. História Esquecida da Guerra do Paraguai - fome doenças e penalidades. Campo Grande: Editora da UFMS, 2014, p. 74.

40 MENDONÇA, Estevão de. *Datas mato-grossenses*. Nictheroy, Escola Typ. Salesiana, 1919, p. 139.

Magalhães, enviou 50 praças, sob o comando do capitão João d'Oliveira Mello, para inspecionar a região do forte Coimbra e região⁴¹. Mello enviou três marinheiros a Corumbá para obterem informações sobre os efetivos militares paraguaios. Esses interrogaram três mulheres, que ficaram aterrorizadas e com medo de serem vistas e de terem de informar os paraguaios desse encontro⁴². Quando as informações não eram comprovadas, havia severas punições:

Algumas mulheres interrogadas, por exemplo, Marcelina, Luisa e Isabel, por não terem conseguido provar as informações recebidas dos marinheiros Paulo e Ricardo, foram condenadas pelo comandante a receber 60 golpes de chicote cada uma; Marta e Severina, por serem menores de idade, receberam 25 golpes; Maria Buscapé, após ser presa, foi submetida a julgamento sumário e condenada a 30 chicotadas por ter declarado seu desejo de voltar ao país de origem e por ter revelado as notícias dadas por outras mulheres, entre elas Rita Soares. Após as punições mencionadas essas mulheres foram soltas, mas advertidas de que poderiam ser punidas com a pena de morte, caso omitissem notícias similares⁴³.

No relatório assinado pelo 2º Tenente do Corpo de Artilharia da Província, João de Oliveira Mello, constam os acontecimentos que redundaram na longa marcha dos retirantes que seguiram a pé à Cuiabá, chefiada pelo mesmo militar, rumo ao Quartel do Comando da Guarnição da Capital em retirada, iniciada no dia dois de janeiro de 1865:

No dia 2 de janeiro por ocasião da retirada das forças militares estacionadas em Corumbá, achando-me no vapor de Guerra Anhambahy, nele subi o rio Paraguay às 9 horas pouco mais ou menos da manha, passando pela Escuna Jacobina que estava encostada à margem direita deste rio, em cuja Escuna se achava quase todo o corpo de Artilharia, 51 praças do 2º Batalhão de Arta a pé, 7 Compa de Artífices, Guardas da Alfândega, diversos paisanos, e um grande número de mulheres e crianças, de ambos os sexos. Passando como o disse pela Escuna as praças que nela estavam, reclamaram com gritos, a minha presença na referida Escuna⁴⁴.

Na retirada estratégica para escapar da perseguição paraguaia, foram abandonadas as canoas, e todos desceram na região do Bananal, no Alto Paraguai.

41 RELATÓRIO apresentado ao Ilm. e Exm. Snr. Doutor José Vieira Couto de Magalhães, Presidente da Província de Matto-Grosso pelo Vice Presidente Barão de Aguapehy ao entregar a administração da mesma Província, em julho de 1868, p. 4-5.

42 MENDONÇA, Estevão de. Op. Cit., p. 139.

43 GUERRE DU PARAGUAY: faits authentiques de l'occupation d'une province bresilienne. Paris, P. Dupont, 1867, p. 17.

44 RELATÓRIO apresentado pelo 2º Ten. João de Oliveira Mello acerca de sua viagem de Corumbá à Capital. - Documentação Histórica. Anno IX, Tomos XVII-XVIII - 1927, p. 84-92.

Segundo Cavassa, muitos dos que tentaram fugir foram aprisionados e levados para Corumbá.⁴⁵ Os que conseguiram escapar enfrentaram inúmeras contrariedades:

No dia 14 do mez de fevereiro segui definitivamente a marcha subindo o rio Taquary, dispendo somente para esse efeito de um batelão que apenas suportava 26 pessoas e duas montarias suportando cada uma 4 pessoas. Nessa ocasião minha comitiva compunha-se de 470 pessoas entre praças, paisanos, mulheres e crianças de ambos os sexos. No dia 26 cheguei à Fazenda do Bracinho á margem esquerda do Paraguay onde me refiz de viveres para a força; depois do que prossegui por terra a marcha, passando pelos pontos S. Bento, Gonçalves, Piquiry, Santa Luzia, Corrente, Santo Antonio do Paraiso, Itiquira, Peixe de Couro, S. Lourenço, Tamanduá, Rebojo, Itaculumi, Arica do Villa Mendes, Aricá, e Coxipó, chegando no último ponto no dia 30 viz a entrada da força⁴⁶.

Foram quatro meses de marcha sob chuvas incessantes, fenômenos habituais entre janeiro e abril, quando percorreram mais de cem léguas no pantanal. A expedição conseguiu alcançar o Coxipó da Ponte, salvando 230 praças e 249 civis. Ao chegarem em Cuiabá, em 30 de abril de 1865, eles foram recebidos festivamente como heróis pelo bispo D. José Antônio dos Reis e pelas autoridades civis e militares. Foram proferidos discursos patrióticos e foi organizada uma procissão para conduzir à igreja de São Gonçalo as imagens de Nossa Senhora do Carmo, retirada do forte Coimbra, e de Nossa Senhora da Candelária, da matriz de Corumbá. O fato de terem sobrevivido e alcançado Cuiabá foi atribuído à intervenção divina de Nossa Senhora⁴⁷.

A notícia da ocupação paraguaia gerou medo e insegurança. Os soldados que atuavam na fortificação de Melgaço abandonaram seus postos, temendo um ataque. A defesa de Cuiabá foi organizada por Augusto de Leverger, que assumiu o posto de Comandante Superior interino da Guarda Nacional. As providências foram convocar a Guarda Nacional para ocupar o desfiladeiro de Melgaço, reconstruir as fortificações e organizar as forças defensivas. O presidente da Província, Albino de Carvalho, procurou reforçar a artilharia da guarnição e solicitou reforços militares ao governo imperial.

Se por um lado a situação do exército paraguaio que efetivou a ocupação da província de Mato Grosso não era ideal, por outro a segurança da fronteira oeste brasileira não constava como pauta emergencial ou relevante para a política imperial. A ocupação paraguaia revelou as fragilidades militares e defensivas tanto da província de Mato Grosso como do Império. Mato Grosso era visto como uma fronteira longínqua, abandonada, hostil, inóspita, identificada com o sertão e, portanto, com a barbárie. A capital do Império, símbolo da civilização e materializada no Rio de Janeiro, nunca teve

45 CAVASSA, Manoel. Memorandum de Manoel Cavassa, Op. Cit., p. 28.

46 Idem, Ibidem.

47 MELLO, Raul Silveira de. A protetora do forte Coimbra. Op. cit., p. 19-20.

como prioridade o desenvolvimento de uma política clara e efetiva de segurança das fronteiras, pois as fortificações, assim como os efetivos militares, não conseguiram deter o avanço paraguaio. O despreparo também pode ser estendido ao governo brasileiro, que não organizou nenhuma ofensiva durante os seis primeiros meses do conflito. Os efetivos militares tiveram dificuldade em chegar ao sul de Mato Grosso, entre outras questões, devido à falta de estradas.

A ocupação da Colônia Militar de Dourados e da região de Miranda

Em outra frente no final do ano de 1864, as tropas do coronel Isidoro Resquín partiram do Paraguai e, em marcha lenta, conseguiram atravessar o rio Apa e alcançar a Colônia Militar de Dourados em 28 de dezembro e a povoação de Nioaque em 2 de janeiro de 1865. Ao chegarem em Miranda, em 12 de janeiro de 1865, os paraguaios encontraram a vila abandonada; o medo da população e dos indígenas que viviam na vila e nos arredores levaram-nos a se retirarem do local. Muitos se dirigiram ao quartel para pegar armas e munições a fim de organizar emboscadas aos paraguaios, enquanto outros consideravam que seria “inútil e impossível” reagir e aguardavam “pela voz de debandada”, e outros “mais notáveis e até então influentes, já não se importavam senão de abarrotar de trastes as canoas e igarités, com que pretendiam descer o rio”⁴⁸. A população entrou em pânico diante da notícia da iminente chegada dos paraguaios, e muitos teriam buscado refúgio nas matas e na serra de Maracaju:

No meio da grita das mulheres, do chorar das crianças, das lamentações dos fracos, do vozear dos índios, dos conselhos desencontrados, das discussões calorosas e de todo o ponto impertinentes, em tão grave emergência, aqueles que deveriam tomar providências para o bem geral e assumir a responsabilidade da imediata resolução, quer no sentido de resistência, quer no de pronta retirada, perderam a tramontana e deixaram-se, irresolutos e inertes, arrastar-se pelo movimento da população, que a 6 de janeiro, em peso, abandonou Miranda, na mais extraordinária confusão⁴⁹.

Taunay⁵⁰ registrou que, antes de a vila ser ocupada pelos paraguaios, teria sido saqueada pelos indígenas, que se apropriaram de armas do quartel. Muitos moradores teriam se refugiado às margens do Miranda, na localidade chamada Salobra. Os que permaneceram ou não conseguiram fugir foram presos e levados ao Paraguai.

48 TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. Dias de guerra e de sertão. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1927, p. 69.

49 Idem, p. 69-70.

50 Idem, p. 69-71.

Deportações e prisões durante a Guerra do Paraguai

A maioria da tripulação do navio Marquês de Olinda morreu de fome, sede e devido às doenças, aos castigos, à insalubridade das prisões e aos fuzilamentos. Ao contrário do que afirmou Schneider⁵¹, apenas dois prisioneiros sobreviveram ao cativeiro, sendo consideradas as primeiras vítimas do conflito⁵²:

Os brasileiros, considerados prisioneiros de guerra, foram levados para terra e encarcerados. A todos sem exceção davam a ração de soldado raso, e o coronel era obrigado a comer no mesmo prato que o sempre grumete [...]. Os míseros empregados do governo brasileiro foram sujeitos ao pior tratamento e nenhum deles sobreviveu à Guerra. Foram internados pelo país, e morreram principalmente de fome, porque ninguém ousava dar-lhes cousa alguma, ainda que Solano López tivesse marcado para cada um deles uma ração inteira e o meio soldo de uma praça⁵³.

Um dos sobreviventes, João Maria Coelho de Almeida, registrou as agruras vivenciadas pelos prisioneiros de guerra durante o cativeiro:

Vi até fuzilar uma pobre velha, decepar crianças e açoitar atrozmente muitas mulheres. [...]

A mortandade era considerável.

Os fuzilamentos não cessavam; todos os dias, ao amanhecer, retirava dos calabouços grande número de cadáveres dos que sucumbiam à fome e as flagelações. [...]

De Cerro Leão fomos amarrados para as Cordilheiras.

Durante a marcha os que cansavam eram lanceados e os alimentos tornaram-se tão escassos que vi-me obrigado a comer couro seco de boi, cascas de laranja, ossos, etc⁵⁴.

Na ocupação, parte da população foi presa e enviada para Assunção, e as residências, os quartéis e as igrejas foram saqueados e destruídos ou danificados. Em Miranda, por exemplo, haveria, em 1866, “24 construções destruídas, quatro parcialmente destruídas e 35 estragadas”⁵⁵. Muitos moradores foram presos e mortos, como o ocorrido, em 1865, com os seis brasileiros presos na fazenda Mangabal, que

51 SCHNEIDER, Luiz. A Guerra da Tríplice Aliança – Império do Brasil, República Argentina e República Oriental do Uruguai contra o Governo da República do Paraguai (1864-1870). Op. cit.

52 BRAZIL, Maria do Carmo. Rio Paraguai o ‘mar interno’ brasileiro. Op. cit., p. 184.

53 SCHNEIDER, Luiz. A Guerra da Tríplice Aliança – Império do Brasil, República Argentina e República Oriental do Uruguai contra o Governo da República do Paraguai (1864-1870). Op. cit., p. 102-103.

54 ALMEIDA, João Maria Coelho de. Carta enviada ao Capitão de Mar e Guerra Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, chefe do corpo de fazenda, de 26 de agosto de 1869. Citado por: RODRIGUES, Firmo. Heroi no soffrimento. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, XV (XXIX-XXX), 1933, p 168-169.

55 ALMEIDA, Elaine Aparecida Cancian. Nos confins do sertão de Miranda: Ocupação da terra, desenvolvimento econômico e relações de trabalho (1830-1892). Op. cit., p. 198.

foram “chicoteados e mortos a golpe de lanças porque se recusavam a dar informações sobre as forças que se preparavam contra os paraguaios, forças das quais eles não tinham absolutamente ideia”⁵⁶. Ao término da Guerra, muitos permaneceram desaparecidos.

Dourado⁵⁷ encontrou, no Arquivo Nacional de Assunción, um documento chamado Guardia en la Excolonia de Miranda Marzo 15 e 20 de 1865, no qual constam duas relações. A primeira, Lista de los indivíduos exbracileros que han passado a la Vila de Concepcion con sus familias e internas con espresion de sus circunstancias – 1865, foi elaborada por José Alvarenga. Nessa são listadas 137 pessoas, sendo que alguns declararam ter filhos e escravizados, totalizando 73 e 9, respectivamente. Foram levadas para Concepción, no Paraguai, 44 jovens e crianças (sendo 19 meninos e 17 meninas; destas, 2 eram bebês), 52 homens (sendo 32 casados e 20 solteiros), 41 mulheres (6 solteiras, 29 casadas, 4 viúvas e 2 crianças). Foram levados também 8 jovens escravizados, sendo 6 homens e 2 mulheres. Entre os homens solteiros, a idade variava entre 16 e 48 anos, exceto Antonio Joaquim Araujo, com 54 anos, e Francisco Rodrigues Mirda, com 51 anos. A maioria da população era constituída de pessoas entre 10 e 50 anos, principalmente na faixa dos 20 e 39 anos.

Na *Lista circunstanciada de los bracileros que han quedado en sus hogares*, foram registradas 130 pessoas. Em sua maioria, eram adultos com idade entre 10 e 39 anos, predominando os casados, sendo que boa parte dos solteiros eram homens, devido a escassez de mulheres, relações de parentesco, distâncias geográficas entre as propriedades e poucas relações de sociabilidade entre os moradores. Os homens casados tinham, em geral, mais de 20 anos, porém havia um homem solteiro com 60 anos e vários rapazes com idade entre 22 e 28 anos. As mulheres solteiras tinham idade de 12 e 20 anos. A maioria dos viúvos ou viúvas tinha mais de 40 anos, exceto Maria Vitoria, que tinha 25 anos. Foram elencados os seguintes dados: havia 78 jovens e crianças (entre 1 ano e 18 anos), sendo 28 homens (sendo 12 solteiros, 15 casados e 1 viúvo) e 24 mulheres (sendo 15 casadas, 5 solteiras e 4 viúvas). Os casados ou viúvos tinham um total de 67 filhos. Destes, foram especificados 74 menores entre 1 e 18 anos (sendo 41 do sexo masculino, 33 do sexo feminino e 4 bebês, sendo 3 meninos e 1 meninas). Alguns indivíduos declararam ter 27 escravizados.

As listas permitem extrair alguns dados sobre o processo de ocupação e povoamento da província de Mato Grosso. Quanto à origem, foram especificados que 9 eram paulistas, 5 mineiros, 2 pernambucanos, 1 paranaense, 21 de Cuiabá e 1 de Portugal. Poucas dessas pessoas eram proprietárias de escravizados, que somavam, nas duas listas, 36, sendo citados apenas 8 nomes. A maioria possuía pequenos plantéis,

56 DOURADO, Maria Teresa Garritano. História Esquecida da Guerra do Paraguai - fome doenças e penalidades. Op. cit., p. 73-74; 2017, p. 179.

57 DOURADO, Maria Teresa Garritano. Famílias, ruralidades e cultura agropastoril no sul de Mato Grosso (século XIX). In: BRAZIL, Maria do Carmo; DOURADO, Maria Teresa Garritano; ALMEIDA, Elaine Cancian (Orgs.). Campos de Erê: estudos sobre a formação do ambiente rural no sul de Mato Grosso. Op. cit., p. 176-177.

entre 1 a 5 escravizados, com exceção de Nicolas Florentin de Los Santos, com 10, e Manuel Ferreira Melo, com 20. Quanto à idade, a maioria da população era jovem, com menos de 39 anos. Havia 3 pessoas com 60 anos, 7 com idade entre 50 e 59 anos, 11 com idade entre 40 e 49 anos, 26 com idade entre 30 e 39 anos, 43 com idade entre 20 e 29 anos e 25 com idade entre 10 e 19 anos. Quanto às crianças listadas, 6 tinham 8 anos, 4 com 7 anos, 4 com 6 anos, 2 com 5 anos, 8 com 4 anos, 5 com 3 anos, 7 com 2 anos e 2 com 1 ano e 6 bebês. As listas não trazem informações sobre a idade de 111 pessoas.

Outra lista de prisioneiros resgatados pelo governo brasileiro, citada por Dourado⁵⁸, trazem os seguintes dados: sobreviveram 34 pessoas do sexo masculino, que tinham entre 2 e 13 anos. Quanto às mulheres, eram 75, das quais apenas 15 tinham mais de 40 anos, sendo a mais idosa com 70. Em suma, a população da região ocupada pelos paraguaios era constituída, em sua maioria, por jovens e crianças e sobreviveu a guerra mais mulheres e crianças e poucos homens adultos.

Os refugiados da Guerra do Paraguai

Os paraguaios permaneceram na vila de Miranda até o dia 24 de fevereiro de 1865. Quando a Coluna Expedicionária chegou ao local, em 18 de outubro de 1866, Taunay registrou as suas impressões:

A vila representava-nos o mais assinalado padrão da ocupação paraguaya. O bonito quartel em parte destruído, a matriz desrespeitada com as paredes derrubadas, as casas quase todas aniquiladas pelo incêndio, que por muitos dias lavrou no povoado, contristavam as vistas e davam patente mostra da brutalidade dos nossos inimigos⁵⁹.

As casas estavam abandonadas, as vias de comunicações obstaculizadas e as propriedades destruídas e despovoadas, pois todos teriam fugido e se refugiado em áreas afastadas. Segundo Almeida⁶⁰, os que “escaparam do aprisionamento efetuado pelos paraguaios, permaneceram escondidos nos locais de difícil acesso, desconhecidos pelos inimigos, mas conhecidos dos homens do sertão”:

Embrenhados nas matas ou no alto da serra de Maracaju, formaram núcleos de refugiados. Valério de Arruda Botelho, a exemplo, proprietário da fazenda Embauval, fugindo de Miranda acompanhado da sua família,

58 DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Senhoras comuns, senhoras respeitáveis: a presença feminina na Guerra do Paraguai*. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2005, p. 76-80.

59 TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. Relatório geral da comissão de engenheiros junto às forças em expedição para a província de Mato Grosso: 1865-1866. *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Ethnographico do Brazil*, Rio de Janeiro, B. L. Guarnier, tomo XXXVII, 1874, p. 276.

60 ALMEIDA, Elaine Aparecida Cancian. Nos confins do sertão de Miranda: Ocupação da terra, desenvolvimento econômico e relações de trabalho (1830-1892). *Op. cit.*, p. 199-200.

refugiou-se nas matas de sua propriedade, perto do rio Miranda. Após alguns meses, mudou-se [...] com crianças e cargas para a margem direita do rio Aquidauana, depois de uma perigosa viagem de dias, entre as rondas inimigas'. O local ocupado por Botelho e sua família era um espaço coberto por mata, ao sopé de um morro e próximo ao ribeirão conhecido por Piraputangas. No espaço citado, marcado por altos buritis, espécie de palmeira nativa, os foragidos encontraram a proteção procurada. Os grupos familiares que não se mantiveram sozinhos em algum recanto do sertão, escondidos nas matas, juntaram-se aos refugiados da serra de Maracaju⁶¹.

Taunay⁶², durante a sua permanência, encontrou pessoas foragidas, inclusive indígenas, na serra de Maracaju e arredores, formando vários acampamentos distantes uns dos outros, onde eles viviam em condições precárias e em “ranchos vastos e commodos”. O acampamento dos fazendeiros João Pacheco de Almeida e Francisco Dias, por exemplo, era constituído de 20 moradias, cobertas de palha, contíguas umas às outras e dispostas em círculo, como estratégia defensiva. Além disso, o acampamento “ocupava uma área de 20 braças quadradas” localizada nas proximidades de um córrego cercado por árvores, onde cultivavam pequenas lavouras e criavam galinhas. A alimentação era complementada com palmitos, cocos da mata, mel de abelhas e com caças⁶³.

Houve um branco de Miranda, genro do Chico Dias, que, plantando meio alqueire de milho, recolheu mais de duzentos alqueires e de uma quarta de feijão, tirou para cima de quarenta alqueires! Nem se falla do que produziram sementes de aboboras, melancias, pepinos, quiabos e muitas outras hortaliças⁶⁴.

Posteriormente, quando o receio dos paraguaios diminuiu, esses casebres eram construídos em outros locais a fim de terem “mais espaço e liberdade”. A cinco quilômetros estava o acampamento de Francisco Dias, que foi construído num local cercado de morros alcantilados e onde viviam mais de 100 pessoas⁶⁵. Os refugiados “achavam-se todos de pés no chão, cobertos de farrapos, ostentando no rosto o sofrimento prolongado, o martírio de muitos meses”. As mulheres produziam farinha de milho e descascavam o arroz no pilão⁶⁶.

61 Idem, *Ibidem*.

62 TAUNAY, Alfredo d'Escragno. *Scenas de Viagem: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda*. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1868, p. 78; TAUNAY, Alfredo d'Escragno. *Dias de guerra e de sertão*. Op. cit., p. 77.

63 TAUNAY, Alfredo d'Escragno. *Scenas de Viagem: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda*. Op. cit., p. 78; TAUNAY, Alfredo d'Escragno. *Dias de guerra e de sertão*. Op. cit., p. 7.

64 TAUNAY, Alfredo d'Escragno. *Dias de guerra e de sertão*. Op. cit., p. 76.

65 TAUNAY, Alfredo d'Escragno. *Scenas de Viagem: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda*. Op. cit., p. 71, 76-78; TAUNAY, Alfredo d'Escragno. *Dias de guerra e de sertão*. Op. cit., p. 77.

66 TAUNAY, Alfredo d'Escragno. *Scenas de Viagem: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda*. Op. cit., p. 78-79.

As famílias assentadas nos núcleos dispersos formados junto a determinados fazendeiros sobreviviam à custa de muito esforço e contínuas privações. As descrições de Taunay mostram os refugiados, outrora proprietários de terras do distrito de Miranda, vivendo em péssimas condições. O engenheiro, tendo alcançado o acampamento de João Pacheco, teve acesso a grande parte dos moradores, registrados como autoridades e fazendeiros do distrito de Miranda, os quais, sabendo da presença do engenheiro militar, procuraram se aproximar do local.

Dourado⁶⁷ observou que nem toda a população de Mato Grosso foi presa e enviada ao Paraguai e que o exército paraguaio não deportou todos os proprietários de terras. Muitos foram deixados, assim como seus escravizados, para que continuassem suas atividades produtivas. A intenção era a “necessidade dos mesmos em adquirir suprimentos para o exército” paraguaio, fornecendo alimentos.

O bloqueio do rio Paraguai à navegação e a interceptação dos “rios Tibagi e Tietê até Miranda e [do] caminho terrestre via Piquiri-Paranaíba” deixou isolada a região, cessando os fluxos comerciais e a entrada e a saída de pessoas⁶⁸. Como decorrência, houve dificuldades para a exportação de mercadorias e também para a entrada de gêneros alimentícios e de produtos manufaturados. O setor de produção de alimentos sofreu grande impacto devido à convocação de homens para lutar na guerra. Agravou a crise a enchente do rio Cuiabá, que destruiu todas as plantações nas suas margens⁶⁹.

O aumento dos efetivos militares gerou novas demandas de moradias e de consumo, agravando a falta de infraestrutura, a carestia na oferta de alimentos e a elevação dos preços dos produtos. No início do ano de 1865, estavam instalados em Mato Grosso o Batalhão de Artilharia (número 2) e o da Guarda Nacional, nas cidades de Cuiabá (números 1, 2, 3, 4 e 8), Poconé (número 5) e Cáceres (número 6), e se somaram aos Corpos de Artilharia e Cavalaria. A concentração de militares nas cidades ao norte tinha como objetivos frear a ofensiva paraguaia, que em maio de 1865 já havia ocupado Coxim, e evitar que chegassem a Cuiabá.

Naquele contexto, as comunicações com Mato Grosso passaram a ser realizadas por caminhos terrestres, em tropas de mula, que encareciam o custo dos produtos devido aos riscos envolvidos no empreendimento⁷⁰. Para regularizar a oferta e controlar os preços, o governo provincial passou a proibir os abusos de preço pelos comerciantes, a incentivar a produção de produtos agrícolas e pecuários nas freguesias próximas a Cuiabá, como a da Chapada dos Guimarães, e a importar das capitânicas de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Vários produtores rurais doaram produtos agrícolas e animais às tropas e ao governo, motivados por patriotismo. Em Cuiabá, proprietários de imóveis

67 DOURADO, Maria Teresa Garritano. Famílias, ruralidades e cultura agropastoril no sul de Mato Grosso (século XIX). In: BRAZIL, Maria do Carmo; DOURADO, Maria Teresa Garritano; ALMEIDA, Elaine Aparecida Cancian (Orgs.). Campos de Erê: estudos sobre a formação do ambiente rural no sul de Mato Grosso. Op. Cit., p. 177.

68 PERARO, Maria Adenir. Bastardos do império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX. Op. cit., p. 57.

69 Idem, *Ibidem*.

70 Idem, p. 56-57.

cederam suas residências para a instalação dos militares e dos quartéis, e a população livre e pobre, sobretudo as mulheres, empregou-se na “produção de armamentos, embarcações, carpintaria, marcenaria e costura”⁷¹.

Em 12 de outubro de 1865, Joaquim Felicíssimo d’Almeida Louzada, em correspondência enviada a uma autoridade da Corte Imperial, expressou sua indignação frente ao infortúnio dos mato-grossenses, no primeiro ano da Guerra do Paraguai.

Até hoje ainda aqui não chegou auxílio algum, vindo de fora, estamos sem vintém nos cofres públicos, e não sabemos que fim levou uns cem contos que há tempos para cá mandou o Governo; a tropa está desfardada e não temos fardamento para dar-lhe. Trata-se agora de organizar (palavra ilegível) das forças, mas nenhuma operação se pode empreender sobre o Baixo Paraguai enquanto o inimigo dominar completamente os rios, como domina; limitar-nos-emos a defender a Capital logo que entrem as águas e os rios deem franca passagem aos vapores⁷².

O documento é rico em detalhes sobre os moradores e os prisioneiros, durante o estado de guerra:

Segundo informações dadas por um paraguaio desertor, tem o inimigo nos Dourados cem praças mortas a fome e nuas e um vapor, o Anhambáí, muito estragado e fazendo muita água; no Corumbá mil praças, comandadas pelo célebre Resquín, que atacou o Distrito de Miranda, e um vapor, o Salto de Guaira; em Coimbra trezentos homens, comandados por um Major Gonçalo, e um vapor, o Apa⁷³.

Divalte Garcia Figueira⁷⁴ afirmou em seus estudos que, após o início das hostilidades entre o Império e o Paraguai, o Brasil não poderia mais contar com o rio Paraguai para assegurar o abastecimento e o contato com a província de Mato Grosso. Nesse sentido, as comunicações passaram a ser feitas por via terrestre, assim como o próprio abastecimento. Vale ressaltar dois aspectos: tanto o sul como o norte da província de Mato Grosso apresentavam um caminho difícil, repleto de surpresas e hostilidades. A carência de víveres alimentícios como o sal, o toucinho, o sebo, a farinha, o arroz, o milho e a carne seca, por exemplo, levou a um aumento exacerbado dos preços, assim como originou um comércio realizado por condutores particulares; tais mercadorias eram levadas em carroças ou em tropas de mulas, e muitas vezes essas

71 Idem, p. 58-59.

72 LOUZADA, Joaquim Felicíssimo d’Almeida. Carta datada de 12 de outubro de 1865, enviada ao Governo Imperial (Documento avulso). Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 762; pasta 29.

73 Idem, Ibidem.

74 FIGUEIRA, Divalte Garcia. Transporte e Comunicações durante a Guerra do Paraguai. In: SQUINELO Ana Paula (Org.). 150 anos após - a Guerra do Paraguai: entrelhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Campo Grande: Ed. UFMS, 2016, p. 156. (volume 2)

tropas chegavam a ter seiscentos animais ou mais. Muitos desses comerciantes prosperaram em meio aos infortúnios promovidos no seio da guerra, tendo em vista que o quadro material da população mato-grossense naquele contexto agravara-se vertiginosamente pela falta de suprimentos; outros, entretanto, não tiveram a mesma sorte e caíram em dívidas e falência, retornando do teatro de operações em condições periclitantes.

Embora as ordens efetivadas por Solano López fossem de que o coronel Barrios ocupasse Cuiabá, os paraguaios se restringiram a ocupar o território litigioso com o Brasil. Para alguns, tal fato poderia ser explicado por uma insegurança para efetivar o avanço ou a ausência de barcos adequados; para outros, sobretudo para os memorialistas mato-grossenses e sul-mato-grossenses, como por exemplo, Virgílio Corrêa Filho, o recuo e a detenção do avanço paraguaio sobre Cuiabá deu-se em função da atuação do “Bretão Cuiabanizado”, isto é, de Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, que, segundo essas narrativas, teria detido o avanço paraguaio ao pronunciar as seguintes palavras:

[...] Marchemos, senhores, a guarnecer o ponto abandonado, e quando não possamos mais impedir a passagem do inimigo, que ao menos façamos conhecer que protestamos por meio da nossa artilharia. Que me acompanhe quem quiser⁷⁵.

Paralelamente à ocupação fluvial, como já apontado, efetivou-se a ocupação terrestre na Colônia Militar de Miranda e na Colônia Militar dos Dourados. Nesta última, outro episódio desenrolava-se e consagrar-se-ia nas páginas da história sul-mato-grossense. O local era protegido por um ínfimo contingente: apenas dezoito soldados. Seu comandante, Antonio João Ribeiro, ordenou a fuga da população, que era de aproximadamente 50 pessoas, e dispôs-se a proteger a colônia. De acordo com as narrativas, Antônio João Ribeiro teria escrito o seguinte bilhete a seu chefe, o coronel Dias da Silva: “Sei que morro, mas o meu sangue e dos meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha pátria”. De fato, todos morreram. As colunas de Urbietta e de Resquín se uniram e marcharam até Coxim, onde chegaram em 24 de abril e estacionaram.

A ocupação paraguaia estava efetivada em solo mato-grossense. Doratioto a minimizou ao considerá-la um treinamento militar e não uma invasão de fato. Em seu avanço, houve luta apenas em Coimbra e Dourados, “perdendo os invasores entre duzentos e trezentos homens, enquanto os brasileiros, por sua vez, tiveram 33 militares mortos e outros 23 feridos”⁷⁶. A desorganização político-administrativa, as devastações

75 CORRÊA FILHO, Virgílio. Leverger: o bretão cuiabanizado. Campo Grande: Fundação de Cultura, 1979, p. 62.

76 DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. Op. Cit., p. 106.

provocadas pela guerra, as deportações de pessoas, as epidemias, associadas ao caos instalados em Mato Grosso permitem relativizar essa interpretação.

Ao longo do ano de 1865, os paraguaios passaram por todas as ordens de problemas: desde constantes ataques dos índios Mbaya até falta de alimentos, mortes e o nítido isolamento ocasionado pela própria ocupação paraguaia. Isso colocou-os em uma situação vulnerável.

Ao Império brasileiro, restou, mesmo que apressadamente, pensar em alternativas de defesa para a retomada da província de Mato Grosso, quando empreenderam-se políticas de formação de um exército com a decretação dos Voluntários da Pátria e, no caso de Mato Grosso, com a formação, em 1865, de um Corpo Expedicionário que, partindo de São Paulo, tinha como objetivos alcançar a fronteira com o Paraguai e expulsar as tropas guaranis do sul da província de Mato Grosso. De acordo com Doratioto⁷⁷, foram convocados 12 mil guardas nacionais de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Esse efetivo militar enfrentou, desde o início, inúmeros problemas e esteve submetido a diversos comandos: primeiro o de coronel Manuel Pedro Drago, seguido pelos do brigadeiro José Antonio da Fonseca Galvão, do coronel Carlos de Moraes Camisão e, finalmente, do major José Thomaz Gonçalves. O exército brasileiro não contava com uma estrutura material, em nível de armamentos, atendimentos médico e religioso e abastecimento de alimentos, além de desconhecer a geografia da região, constituindo-se, assim, o conflito em uma sucessão de erros, improvisos e imprevistos, em que, na maioria das vezes, as decisões a serem tomadas eram pensadas, discutidas e ordenadas a metros de distância do teatro de operações. Os oficiais do alto comando militar possuíam conhecimento da carência estrutural que tomava sua coluna e nem por isso deixaram de efetivar a marcha.

Taunay, na obra *A Retirada da Laguna*, ao registrar os enfrentamentos com os paraguaios, construiu narrativas que reforçavam seu horror e sua perplexidade diante da guerra, a situação desprivilegiada do Exército, a fuga das populações para locais de difícil acesso, a destruição das vilas, dos povoados e das propriedades rurais e a proliferação das doenças e epidemias. Os corpos espalhados pelos campos e matas, sem serem sepultados, e a fumaça gerada pelos incêndios das edificações reforçavam as representações de terror e de abandono da região e construía o *outro* paraguaio, representado como um incivilizado, um incrédulo, um invasor impiedoso que usurpava o território brasileiro e um inimigo que devia ser derrotado. Ao assumir o fracasso da coluna, entretanto narrou o episódio de forma romântica, épica e honrosa. Ou seja, apesar das adversidades, conseguiram derrotar os paraguaios, alcançar Nioaque e cumprir seus deveres junto à pátria.⁷⁸

77 DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Op. Cit., p. 120.

78 TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *A Retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. Tradução e Organização de Sérgio Medeiros. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

A retomada de Corumbá

A vila de Corumbá permaneceu ocupada de 1865 até 13 de junho de 1867. A retomada foi comandada por Antônio Maria Coelho, Balduino de Aguiar, Antônio José da Costa e pelo presidente de Mato Grosso, José Couto Magalhães. O 2º Corpo Expedicionário de Mato Grosso foi dividido em duas colunas, comandadas por Coelho e Magalhaes, e Aguiar liderava a flotilha, com o vapor Anhambay. A estratégia foi a de surpresa tática, atravessando o pantanal e os rios Paraguai-Mirim para não serem avistados. O confronto ocorreu em várias frentes, por terra e pelo rio Paraguai, resultando no aprisionamento de 27 paraguaios e na morte do comandante da praça, seis oficiais e de 120 soldados paraguaios. Morreram 8 brasileiros, e houve 21 feridos. A vitória possibilitou libertar “quinhentos brasileiros dos quais quatrocentas mulheres”⁷⁹.

A retomada de Corumbá foi possível devido ao recuo do exército paraguaio, após a vitória brasileira na Batalha do Riachuelo, ocorrida em 11 de junho de 1865. Nesse contexto, o Paraguai ficou isolado e incapacitado de receber armas e qualquer auxílio do exterior, e a ocupação de Mato Grosso era de interesse secundário. A vitória brasileira permitiu que as forças aliadas levassem a guerra para o interior do país, nas proximidades de Assunção. Os aliados cruzaram o rio Paraná em abril de 1866, iniciando a ofensiva em território paraguaio, que se tornou o principal palco do conflito.

A situação em que encontrava a vila de Corumbá possui várias versões. Segundo Fonseca, estava quase destruída, sendo “um acampamento incendiado e devastado” e restando apenas 20 construções em ruínas⁸⁰. Moutinho, ao contrário, registrou que estava em perfeita ordem, com “os armazéns dos estrangeiros estavam todos intactos, e debaixo de uma vigilância digna de louvor”. A vila era bem administrada pelos paraguaios que, para não comprometer as operações militares, procuravam evitar seu desabastecimento. Essa administração foi registrada num “diário”, o qual, segundo Moutinho, “tivemos em nosso poder, [e] podemos apreciar o systema seguido por elles na conservação d’esses gêneros”⁸¹. Cavassa afirma que, após a retomada, suas cinco casas tinham “sido todas derrubadas”, porém antes os seus armazéns foram saqueados e as mercadorias levadas a Cuiabá. Parte dessas mercadorias foram vendidas no percurso e chegou a Cuiabá “130 alqueiras de sal”, que foram confiscados pelo presidente da província, Couto de Magalhães, que as vendeu e fez um depósito na Tesouraria da Fazenda, para ser entregue a Cavassa, caso estivesse vivo⁸².

Em 1867, poucos dias antes da retomada de Corumbá, foi criado um

79 RONDON, Cândido Mariano da Silva. Corumbá – sua retomada do poder do inimigo. Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso. XVIII e XIX (Tomo XXXV a XXXVIII), 1936, p. 21-36.

80 FONSECA, João Severiano da. Viagem ao redor do Brasil 1875-1878. Op. cit., p. 294.

81 MOUTINHO, Joaquim Ferreira. Notícia sobre a Provincia Matto Grosso, São Paulo, Typographia de Henrique Schroeder, 1869, p. 99.

82 CAVASSA, Manoel. Op. cit., p. 47-48.

“acampamento militar”, onde foram aprisionados os paraguaios que tinham sido presos nas cercanias. Sua localização era estratégica, pois foi construído na margem esquerda do rio Cuiabá, num entroncamento “de uma das estradas por onde se realizava o *comércio de terra*, estrada aquela denominada de *estrada boiadeira*”. Porém, devido às distâncias do “palco da luta armada, e por conta das adversidades impostas pelo cotidiano, soldados paraguaios aprisionados, em conjunto com a população ribeirinha e vaqueiros, passaram a ensejar relações de solidariedade e de trabalho”⁸³. Esses passaram a empregar-se nas charqueadas, no curtume de peles e na fabricação de arames. As carnes frescas e o charque eram vendidos em Cuiabá por brasileiros, favorecendo, dessa forma, o desenvolvimento das atividades econômicas no acampamento militar e amenizando a carestia de alimentos com a oferta de carne de muares. Em 1870, o acampamento cedeu lugar ao povoamento de Várzea Grande, formado por paraguaios e por vaqueiros e soldados procedentes de várias regiões do Brasil. Apesar de discriminados e vistos como de *má índole*, homens e mulheres paraguaios do acampamento militar e outros que imigraram após o término da guerra se casaram nas paróquias de Cuiabá com brasileiros ou com brasileiras, onde também registraram seus filhos. No *Livro de assentos de casamentos, n. 3*, por exemplo, “contém, a partir de 1873, casamentos de 17 paraguaias, totalizando, para o decênio de 1871-1880, um número de 18 casamentos paraguaios”⁸⁴.

Os paraguaios seguiram as tropas brasileiras até Corumbá. Em 1876, foram estimadas entre 3.000 a 4.000 pessoas, em sua maioria mulheres. Segundo Siqueira⁸⁵, tiveram de enfrentar o preconceito das autoridades e da população, e, quando se inseriam no mercado de trabalho, homens empregavam-se em serviços braçais, mal remunerados, em geral nas lides do campo, nas atividades urbanas, na construção civil, na limpeza de estradas, na defesa das propriedades, e as mulheres, em serviços domésticos e na prostituição. Outros, de acordo com Siqueira⁸⁶, viviam da criminalidade ou mendigavam, abrigando-se nos espaços públicos, e muitos passavam fome. Os paraguaios eram tratados de modo coercitivo, e alguns foram escravizados⁸⁷.

Nos últimos anos da guerra, houve a epidemia de varíola⁸⁸, que iniciou em Corumbá, atingindo soldados paraguaios e a população local. Nos conflitos bélicos, os militares brasileiros foram contaminados, e, devido à falta de hospitais, medicamentos e tratamento adequado, a doença acabou se espalhando por toda a província de Mato

83 PERARO, Maria Adenir. Bastardos do império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX. Op. cit., p. 59-60. (grifo da autora)

84 PERARO, Maria Adenir. Bastardos do império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX. Op. cit., p. 67-99.

85 SIQUEIRA, Kiase Sebastiana Moraes. A inserção de estrangeiros nas sociedades fronteiriças: o caso dos paraguaios em Corumbá, MS. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Cuiabá, 2009, p. 42-44.

86 Idem, p. 42.

87 BRAZIL, Maria do Carmo. Rio Paraguai o 'mar interno' brasileiro. Op. cit., p. 265.

88 Sobre a epidemia de varíola que atingiu a população mato-grossense, sobretudo a cuiabana, no ano de 1867 ver: SQUINELO, Ana Paula. O Hospital Militar de Mato Grosso em tempos sombrios: Doenças, Dietas e Tratamentos no período da ocupação paraguaia (1865-1867). In: CASAL, Juan Manoel; WHIGHAM, Thomas. Paraguay: Investigaciones de historia social e política. III Jornadas Internacionales de Historia del Paraguay. Asunción: Tiempo de Historia/ Universidad de Montevideo, 2013, p. 169-80.

Grosso. Segundo Peraro⁸⁹, a epidemia atingiu Cuiabá e dizimou “grande número de civis e militares, atingindo todos os segmentos sociais”, e, para tratar os doentes, “[escolas] e residências tiveram de ser transformadas provisoriamente em hospitais”. Estima-se que, durante a guerra, 12.000 habitantes teriam morrido. O frei Mariano de Bagnaia registrou, em 25 de dezembro de 1867, que, em Cuiabá, a epidemia de bexiga teria matado “seis mil pessoas, dez sacerdotes seculares, diversos seminaristas, até minorista”⁹⁰. Outra doença que se espalhou foi o mal das cadeiras, que quase dizimou os rebanhos de bovinos e de muares.

O término da ocupação paraguaia em Mato Grosso e o pós-guerra

A Guerra, que se iniciou em novembro de 1864, se estenderia por cinco exaustivos anos, ao contrário da expectativa de Bartolomé Mitre, que declarou à época que em 3 meses estariam em Assunção. Findado o conflito em 1º de março de 1870, o Paraguai havia sido “rasgado” do sul ao norte pelas tropas aliadas; aos vencedores, coube o cumprimento do Tratado da Tríplice Aliança, que, entre outras cláusulas controversas mesmo à época, “resolvia” a questão das disputas territoriais, consolidando os anseios dos grandes *leões platinos*. O Tratado de Paz e Amizade Perpétua e de Limites, imposto ao Paraguai pelo Brasil e assinado em 09 de janeiro de 1872, garantiu a este último a posse do território entre os rios Apa e Branco, no atual Mato Grosso do Sul, conforme reivindicação anterior do conflito. Outro tratado, assinado em fevereiro de 1876, cedeu os territórios litigiosos entre os rios Bermejo e Pilcomayo à Argentina e entre o rio Verde e a Baía Negra foi reconhecido como Paraguai. A área entre os rios Pilcomayo e Verde foi submetida ao arbítrio norte-americano, que concedeu a região ao Paraguai. O Paraguai viu-se ocupado pelas forças aliadas nos cinco anos seguintes à Guerra, sendo governado por um triunvirato com marcante presença brasileira. Afora as perdas territoriais, as perdas econômicas, culturais, identitárias, geracionais e populacionais marcaram profundamente o processo histórico do Paraguai.

A reabertura da navegação do rio Paraguai, em 1869, rompeu definitivamente com o isolamento, e o governo imperial concedeu isenção de impostos à província de Mato Grosso para estimular a economia e minimizar os ônus da guerra. Houve o ressurgimento do comércio de importação e exportação e a rearticulação da economia com a produção de charque, caldo e extrato de carne, erva-mate, poaia, látex, couros, atividades criatórias (bovinos, equinos), cana-de-açúcar e a produção agrícola. Em 1869, o governo isentou de impostos os produtos importados e exportados, favorecendo o desenvolvimento da economia, o processo de ocupação das terras e o incremento

89 PERARO, Maria Adenir. Bastardos do império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX. Op. cit., p. 58, 65.

90 SGANZELA, Alfredo. A história do Frei Mariano de Bagnaia: o missionário do pantanal. Campo Grande: FUCMT, 1992, p. 292.

demográfico.

O Porto de Corumbá tornou-se um distribuidor de mercadorias nacionais e estrangeiras para outras regiões mato-grossenses, e a cidade cresceu com a presença de imigrantes nacionais e estrangeiros e com a instalação de casas importadoras e exportadoras. As cidades de Cáceres e Cuiabá também foram beneficiadas com a instalação de casas importadoras e com a chegada de imigrantes platinos e europeus. Como decorrência, a população de Mato Grosso teve um crescimento demográfico, após o término do conflito, com a migração de brasileiros de várias regiões do país e com a imigração argentinos, paraguaios, uruguaios, bolivianos, ingleses, franceses, belgas, entre outros. Mato Grosso tinha, em 1869, 52.000 habitantes e, em 1872, 60.417⁹¹. Entre os indesejados, estavam brasileiros foragidos da polícia e os imigrantes dos países limítrofes, especialmente paraguaios, pois, ao olhar oficial, disseminariam a criminalidade e a indisciplina. Ou seja, os imigrantes desejados eram os brancos, sobretudo os europeus⁹².

Considerações finais

A historiografia mato-grossense e sul-mato-grossense, conforme exposto ao longo dessa reflexão, enfoca as perdas humanas e materiais que ocorreram durante o conflito, além da destruição das propriedades, das vilas e das fortificações militares e a desorganização da produção e do comércio. Como decorrência, a Província de Mato Grosso teria, entre 1865 e 1870, a economia estagnada e totalmente destruída.

As fontes, que respaldaram o discurso em torno da destruição de Mato Grosso, são as obras de Alfredo d'Escragolle Taunay, entre outros, que participaram como protagonistas na Guerra do Paraguai ou escreveram sobre o conflito platino.

Tais imagens (visuais e textuais) construídas por Taunay permite-nos afirmar que o Império brasileiro desenvolveu uma relação colonialista no que se refere ao Paraguai. Para compreender tal dinâmica apoiamo-nos na reflexão de Bhabha ao pontuar que: “O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução”.⁹³ E, ainda: “[...] o discurso colonial produz o colonizado como uma realidade social que é ao mesmo tempo um ‘outro’ e ainda sim inteiramente apreensível e visível”.⁹⁴

Nesse sentido e em consonância com a reflexão de Bhabha sobre a construção do “outro”, afirmamos que autores, como por exemplo Taunay que esteve a serviço do

91 ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888). Brasília, Ministério da Fazenda, Departamento de Administração. Divisão de Documentação, 1984, 107 p.

92 RELATÓRIO com que o presidente da província de Mato Grosso, João José Pedrosa, abriu a 2ª sessão das 22ª legislatura da respectiva Assembléia, no dia 1º de outubro de 1879. Cuiabá, Tip. J.J.R. Calhão, 1879, p. 28.

93 BHABHA, Homi K. O local da cultura. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, p. 111.

94 Idem, p. 111.

império brasileiro, inauguraram uma produção discursiva que construiu o *outro* paraguaio; neste universo do *outro* a nação paraguaia era comandada por um terrível ditador e o povo paraguaio representado como incivilizado, incrédulo, invasor, impiedoso, cruel, estuprador, que usurpava o território brasileiro: era um inimigo a ser derrotado; isto é, o Paraguai era configurado conforme postulado por Bhabha: “como uma população de tipos degenerados”⁹⁵, sendo assim essa construção discursiva permitia, avalizava, autorizava e legitimava o Império brasileiro a invadir e aniquilar a nação paraguaia.

No que tange a população de Mato Grosso, autores como Taunay e outros, a representaram como indefesa, sendo que muitos foram presos e vítimas de violências (degolas, fuzilamentos, estupros, saques, torturas) e infortúnios (fome, sede, frio), sobretudo as mulheres, que se tornaram “escravas” sexuais. Segundo Alambert⁹⁶, o “Paraguai era o ‘outro’, o inferno da civilização que sonhávamos. Era necessário fugir dele e extirpar seu horror”⁹⁷. Para tal, Taunay (1927, 1997) seduzia seus leitores ao representar os gritos das mulheres, o choro das crianças, o vozear dos indígenas, os desentendimentos diante das urgências, os medos que todos tinham das tropas paraguaias, o cenário de destruição e outras descrições trágicas.

Vale ressaltar que embora predomine ainda a narrativa da destruição completa de Mato Grosso nos anos iniciais da Guerra o que justificou, como já afirmado a ação do Império brasileiro, localizamos recentemente um processo no Arquivo Público de Cuiabá (APMT/Cuiabá/MT) que se encontra em processo de análise, mas permite-nos afirmar de forma inicial, que muitas atividades, como por exemplo as relacionadas à educação continuaram existindo mesmo no decorrer da Guerra e da ocupação paraguaia. Entretanto, essa documentação é objeto de outra reflexão.

O término da Guerra do Paraguai para a historiografia mato-grossense e sul-mato-grossense, é considerado um marco cronológico importante, pois houve a definição das fronteiras de Mato Grosso, a consolidação da abertura do rio Paraguai à navegação, os investimentos na militarização e o desenvolvimento econômico e demográfico.

Nessa reflexão analisamos os marcos fundamentais que levaram à Guerra do Paraguai, seu desenrolar e as conseqüências, sobretudo, para a província de Mato Grosso. Apresentamos nossa análise à luz de alguns documentos originais e que até então não haviam sido explorados; nesse sentido, problematizamos dados

95 Idem, p. 111.

96 ALAMBERT, Francisco. *Civilização e barbárie, história e cultura. Representações culturais e projeções da “Guerra do Paraguai” nas crises do Segundo Reinado e da Primeira República*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 8.

97 Vale ressaltar que a construção do Paraguai enquanto o “outro demonizado” e também as imagens em torno do exército aliado, teve uma ampla repercussão nas imprensas paraguaia, brasileira e argentina, podendo o/a leitor/a consultar os capítulos de BARATTA, Maria Victoria. “Periódico *Sério Jocosos*: un análisis de las representaciones em el semanario *El Centinela* (1867). In: SQUINELO, Ana Paula (Org.). *150 anos após - a Guerra do Paraguai: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2016, p. 317-327. (volume 2) e, o de ARIAS NETO, José Miguel; GARCIA, Gabriel Ignacio. *A imprensa como soldado da Tríplice Aliança e do Paraguai: guerra total e a desumanização do inimigo*. In: SQUINELO, Ana Paula (Org.). *150 anos após - a Guerra do Paraguai: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2016, p. 251-73. (volume 2).

populacionais da província mato-grossense, bem como o cotidiano da ocupação, situando e contextualizando Mato Grosso e o contexto da Guerra do Paraguai.

Recebido em 02 de setembro de 2019.

Aprovado em 20 de novembro de 2019.